



Nuno Joaquim Rebola Bento
Aspirante Aluno de Infantaria

1. Nota Introdutória

O presente artigo expõe parte integrante do meu Trabalho Final de Curso (TFC), cuja temática versou sobre a *duo* centenária “Questão de Olivença”, assunto conhecido pelos portugueses de uma maneira geral, mas menos apreendido na sua essência.

Ao viver há mais de duas décadas, perto da fronteira que em inúmeros mapas não está definida, achei oportuno aproveitar o TFC para aprofundar o meu próprio conhecimento sobre o litígio fronteiriço que se arrasta até aos dias de hoje. Contudo, o trabalho desenvolvido por associações e pessoas da minha zona de residência, foi outro motivo que estimulou o meu interesse pela questão. O trabalho teve como objectivo fazer uma breve referência à natureza e causas da “Questão de Olivença”, tratando-se de um estudo essencialmente histórico acerca do território de Olivença, desde a formação de Portugal até aos dias de hoje. A pressuposição que lhe é subjacente é a de que não podemos compreender o estado actual da Questão, sem antes efectuar uma referência histórica que, por sinal, é o suporte da resposta ao problema.

Todavia, o presente artigo, por questão de pertinência, não contempla a historiografia entre o início da formação do território nacional e a Guerra das Laranjas (1801), não querendo desvalorizar o Tratado de *Alcañices* (1297), primeiro documento legal que inculca a região de Olivença sob a bandeira das quinas e que estabeleceu a fronteira portuguesa, coroando-a como a mais antiga da Europa.

Abordamos ainda quatro questões essenciais. A primeira delas foi identificar quais os momentos da história em que Olivença pertenceu a Portugal ou Espanha (como em cima referido não será abordado no artigo), a segunda foi caracterizar o acontecimento histórico que levou Olivença a pertencer definitivamente a Espanha, a terceira constituiu na identificação de qual o momento em que começou o litígio e a última questão aproximou a relevância da questão de Olivença nos dias de hoje.

As respostas a todas estas questões convergem para a solução da questão central do trabalho que é determinar a que país ibérico pertence o território de Olivença.

2. A Guerra da Laranjas

2.1. *Antecedentes (1789-1801)*

2.1.1. *A Revolução Francesa e as Campanhas do Rossilhão*

O processo revolucionário iniciado na França em 1789 leva Luís XVI à guilhotina a 21 de Janeiro de 1793. A sua morte faz com que outros países europeus, onde predominava a monarquia absolutista, olhassem para o acontecimento com receio fundado na possibilidade de distensão aos seus países.

Em Portugal também se sentiu a trágica morte do monarca francês, decretando-se luto geral no país¹. Por sua vez, a Espanha adoptou uma política cautelosa para precaver qualquer influência negativa no seu povo. Contudo, o nosso vizinho manteve sempre a neutralidade até à morte de Luís XVI, mas a partir desse momento, Carlos IV de Espanha une-se à coligação anti-francesa, declarando guerra à França a 23 de Fevereiro de 1793.

Apesar de Portugal ser aliado de Inglaterra (clara inimiga da França), o governo português tentou sempre manter a neutralidade. Todavia, “o Tratado de Aranjuez, assinado entre a Espanha e a Inglaterra em 25 de Maio de 1793, sem o conhecimento do governo português”², conduz o nosso país à entrada na guerra como potência acessória. Devido a esta situação, o Governo português vê-se obrigado a assinar um tratado de “mútuo auxílio e recíproca protecção”,

¹ VENTURA, António. *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*. p. 9.

² VICENTE, António. “Napoleão e a primeira invasão de Portugal (1801). Os Planos de Godoy”. p. 90.

primeiro com Espanha e depois com Inglaterra³. Portugal entra assim na Guerra que irá servir de hostilização com a França durante os próximos 20 anos.

Assim sendo, Portugal envia um contingente para combater ao lado dos espanhóis nas Campanhas do Rossilhão e Catalunha. Essas tropas, sob o comando do Tenente General Jonh Forbes Skellater, eram compostas “por 6 regimentos de Infantaria, sendo um deles o da guarnição de Olivença, e os restantes os primeiro e segundo do Porto, os de Cascais e Peniche e um outro organizado por Freire de Andrade todos num efectivo de 5000 homens”⁴.

Os combates arrastaram-se durante dois anos, mas com a pesada derrota dos espanhóis na Batalha da Montanha Negra em Novembro de 1794⁵ e o afrouxamento das escaramuças devido ao rigoroso Inverno que se fazia sentir no final desse ano, a Espanha, no ano seguinte, consegue pôr termo aos combates, com a assinatura da Paz em Basileia, no dia 22 Julho desse ano.⁶ Este tratado foi negociado em segredo sem que Portugal fosse nele compreendido, ficando assim o nosso país em conflito com a França. Era “quanto a Espanha nos oferecia como paga dos serviços que lhe tínhamos prestado no Rossilhão e Catalunha.”⁷

2.1.2. *O Tratado de Santo Ildefonso*

Com o Tratado de Paz assinado em Basileia, Manuel Godoy recebe a 5 de Setembro de 1795 o título de Príncipe da Paz. Conseguindo tal triunfo, preocupava-se agora em firmar uma aliança franco-espanhola, que levaria a Espanha a quebrar de vez a aliança com Portugal e Inglaterra. No entanto, a desejada coligação demorou mais um ano, fruto das desconfianças e incertezas do nosso vizinho para com a França revolucionária.

³ Idem.

⁴ PEREIRA, António, *A Terra Portuguesa de Olivença – Como a obtivemos e como a perdemos*, p. 14.

⁵ VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim. *História de Portugal: O Despotismo Iluminado – 1750 a 1807*. Vol. VI, p. 338.

⁶ PEREIRA, António, *A Terra Portuguesa de Olivença – Como a obtivemos e como a perdemos*, pp. 14 e 15.

⁷ ALMEIDA, Fortunato de, citado por VICENTE, António. “Napoleão e a primeira invasão de Portugal (1801). Os Planos de Godoy”, p. 90.

Finalmente, a 19 de Agosto de 1796 a França e a Espanha estabelecem aliança num armistício que ficou conhecido como Tratado de Santo Ildefonso. Se a paz de Portugal já estava ameaçada com o Tratado de Basileia, agora com a aliança franco-espanhola e com a declaração de guerra que a Espanha enviara à Grã-Bretanha em Outubro seguinte, a nação portuguesa via-se no meio de uma guerra entre a nação vizinha e a velha aliada, sendo de prever uma guerra que nós não desejávamos, em virtude do nosso país ser aliado de ambas as nações.

2.1.3. *A Iminência da Guerra*

Em Setembro de 1796 o nosso embaixador em Madrid, Diogo de Carvalho e Sampaio, informava que os espanhóis concentravam 20000 homens de Infantaria e Cavalaria junto à fronteira estremenha. No entanto, a Espanha ainda se encontrava muito debilitada da Campanha do Rossilhão e da derrota da batalha naval do Cabo de São Vicente, tendo esta demonstração de força o objectivo de pressionar o governo de Lisboa a firmar rapidamente a paz com a França. Contudo, o governo espanhol continuava a concentrar tropas, equipamento e armamento junto à fronteira alentejana. Portugal, encontrava-se assim na eminência da guerra, esperando uma invasão espanhola durante os anos de 1796 e 1797, que contra a vontade da França, nunca aconteceu.

Continuávamos a insistir na neutralidade, evitando sempre ceder aos pedidos dos franceses, para evitar romper a aliança com a Inglaterra, uma vez que a união era indispensável para Portugal no que respeitava à defesa das rotas comerciais marítimas e também na comercialização do vinho do Porto, o mais importante produto de exportação do país⁸. No entanto, a velha aliança com a Inglaterra afundava-nos no fosso da guerra, quando os navios de guerra ingleses atacavam os navios franceses e espanhóis a partir dos nossos portos; assim sendo, mesmo não tendo os portugueses uma participação activa nesses ataques, a aliança franco-espanhola não deixava de considerar Portugal como hostil.

⁸ AMARAL, Manuel. *Olivença – 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, p. 9.

Lisboa, receando a todo o momento a guerra, efectua vários pedidos de auxílio a Inglaterra, para que esta lhe enviasse tropas e um General para comandar o exército português sob as ordens do Marechal General João Carlos de Bragança, Duque de Lafões. A Inglaterra acede ao pedido português enviando para Portugal em 1797 o Príncipe Cristian de Waldeck, que acabou por falecer a 24 de Setembro do ano seguinte, tendo depois optado pelo Conde Alexander Von der Goltz, que chega a Lisboa a 14 de Setembro de 1800, tendo sido nomeado Marechal do exército português apesar de entrar em funções somente após a Guerra das Laranjas, substituindo o Duque de Lafões⁹.

No entanto, a 29 de Janeiro de 1801, aproveitando uma quebra de solidariedade entre a velha aliança, a Espanha e a França enviam um *ultimatum* a Portugal, onde exigiam, mais uma vez, que o nosso país abandonasse a aliança com a Inglaterra e abrisse os portos aos navios espanhóis e franceses, fechando-os aos ingleses¹⁰. Como seria de prever, Portugal não acedeu a tais exigências.

Poucos dias depois a certeza de invasão ficou confirmada quando o Duque de Frias, embaixador espanhol em Lisboa, abandonou a cidade a 19 de Fevereiro, tendo Carlos IV de Espanha declarado oficialmente a guerra a 27 de Fevereiro¹¹. Mas só a 20 de Maio é que Portugal foi efectivamente invadido. Perante este compasso de espera, entre declaração e guerra efectiva, o Duque de Lafões ainda considerou que o rei de Espanha não estivesse interessado nesta guerra. “Nada mais enganoso. Ao demorar o ataque, a Espanha pretendia obter mais concessões francesas, e tentava abrir negociações directas com o novo governo britânico de Addington, que acabava de subir ao poder em Março. Quando obtive as concessões de Paris que pretendia, e viu recusadas as negociações directas com Londres, atacou”¹², iniciando-se assim a Guerra das Laranjas.

⁹ VENTURA, António, org. *Planos Espanhóis para invasão de Portugal – 1797 a 1801*, p. 16-17.

¹⁰ PEREIRA, António. *A Terra Portuguesa de Olivença – Como a obtivemos e como a perdemos*, p. 17.

¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: O Despotismo Iluminado – 1750 a 1807*, Vol. I. p. 324.

¹² AMARAL, Manuel. *Olivença – 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, p. 12.

2.2. O Dispositivo de Forças

2.2.1. As Tropas Portuguesas

No ano de 1792, D. João VI assume o governo de Portugal devido à irremediável doença da Rainha D. Maria I e em 1801, como já referido, o octogenário Duque de Lafões assume o comando do exército Português; apesar da sua experiência militar, adquirida na Guerra dos Sete Anos ao serviço do exército austríaco, apresentava uma frágil saúde que nada previa de bom. No ano da invasão, o exército português não se encontrava nas melhores condições, possuindo debilidades em efectivos e logística, duvidosa capacidade dos seus Comandos e mau estado das Praças fronteiriças¹³.

Para fazer fase ao inimigo, as escassas tropas portuguesas foram divididas em dois exércitos ¹⁴, um disposto acima do Douro, sob o comando do Marquês de La Rosière, composto por quatro Brigadas, das quais três estavam no Minho e uma em Trás-os-Montes, perfazendo um total de 20000 homens. O outro estava entre o Douro e o Guadiana e tinha como comandante o Inspector-geral da Infantaria, o Tenente-General John Forbes Skellater, que como vimos anteriormente, foi o comandante do Exército Auxiliar à coroa espanhola, durante a Campanha do Rossilhão. Este último exército tinha o Quartel-General sediado em Estremoz e estava organizado em quatro Divisões, divididas em Brigadas, compostas só de tropas de Infantaria de linha¹⁵, sendo os regimentos de milícias ¹⁶ utilizados nas fortalezas. Três dessas divisões estavam acantonadas no Alto Alentejo e perfaziam um total de 8000 homens. Na Beira, sob o comando do Tenente General João Dordaz e Queirós, estava estacionada a outra Divisão com cerca de 7000 efectivos. O controlo das poucas forças que são deixadas no Algarve era do governador das Armas da província, Francisco da Cunha Menezes, oficial que tinha participado, enquanto Coronel do Regimento de Infantaria de Cascais, na Campanha do Rossilhão.

¹³ VENTURA, António. “Portugal e a revolução francesa: Da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”, p. 21.

¹⁴ Ver ANEXO 1: Mapa do Dispositivo de Forças.

As únicas tropas não empenhadas na fronteira estavam na guarnição de Lisboa, sendo compostas por dois regimentos de Infantaria, metade de três regimentos de Cavalaria, e pelo Corpo de Emigrados franceses que acabou por ser enviado para o Alentejo. Na totalidade, Portugal contava com cerca de 55000 homens.

2.2.2. *As Tropas Espanholas*

A 9 de Janeiro de 1798, D. Manuel Godoy foi nomeado Generalíssimo dos exércitos espanhóis, um título até então invulgar em Espanha. Sob o seu comando estavam três exércitos que tomam posição na Galiza, Estremadura e Andaluzia, aos quais se juntou um exército francês que, acantonado em Cidade Rodrigo, estava sob o comando do General Leclerc.

Dos três exércitos, o que assume maior importância nesta guerra foi, sem dúvida o da Estremadura, uma vez que estava sob o comando directo de Godoy e foi este que acabou por cruzar as fronteiras portuguesas. Este exército era constituído por cinco divisões¹⁷, a Divisão de Vanguarda, comandada pelo Marechal de Campo D. Francisco Maria Solano Ortiz de Rosas, que tinha um efectivo de 13200 homens, a 1.ª Divisão, comandada pelo Tenente-general Don Diego de Godoy, que possuía na sua totalidade 7200 homens, Manuel Godoy, na condição de Generalíssimo, acumulava o comando da 2.ª Divisão, sendo o comando assegurado na prática pelo Tenente-General D. Inácio Lancaster; esta divisão totalizava 9600 homens. A 3.ª e 4.ª Divisões eram comandadas, respectivamente, pelo Tenente-General Marques de Castelar e pelo Tenente General D. Francisco Xavier de Negrete. Todas estas forças, concentradas nas cercanias de Badajoz, somavam cerca de 55000 homens¹⁸.

No Norte, o exército de Rosière tinha pela frente as forças de Saint-Simon que eram compostas por quatro Regimentos de Milícias,

¹⁵ Tropa de Linha: designação das tropas pertencentes ao exército regular. (<http://pt.wikipedia.org>).

¹⁶ Milícias: designação genérica das organizações militares ou paramilitares compostas por civis. (<http://pt.wikipedia.org>). Eram tropas de segunda linha auxiliares das de primeira linha em caso da guerra. (<http://www.arqnet.pt>).

¹⁷ Ver ANEXO 2: Disposição do Exército da Estremadura.

¹⁸ VENTURA, António. *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*, pp. 49, 50 e 153.

três Companhias de Cavalaria e cinco Regimentos de Infantaria, o que prefazia um total de 16500 homens.

No Algarve Francisco da Cunha Menezes preocupava-se com o exército andaluz, comandado pelo General Iturrigary, o qual possuía um efectivo de 19400 homens.

2.3. *Os Combates*

2.3.1. *Olivença e Juromenha*

No dia 20 de Maio de 1801, a 3.^a divisão espanhola¹⁹, estacionada em Valverde, avançou inicialmente sobre Olivença e Juromenha tomando depois posição junto a Elvas, onde se registou algum tiroteio. A mesma Divisão participou ainda no cerco a Campo Maior até ao dia 27 de Maio, posicionando-se depois em Santa Eulália²⁰.

Os relatos dos poucos autores nacionais e espanhóis que escreveram sobre esta guerra, referem que Olivença se rendeu sem dar um único tiro, tendo na madrugada do dia 20, o governador da Praça Júlio César Augusto de Chermont, um oficial francês ao serviço de Portugal, sinalizado a rendição com um lençol branco. “Este episódio é contado em primeira-mão por Stockler, no mais antigo relato impresso dos acontecimentos: *Caçando de cima da muralha com um lenço branco atado na sua bengala o inimigo que se aproximava, lhe fez assim entender que lhe enviasse um parlamentar. Prestou-se o General espanhol de boa mente a este convite, e requereu que lhe abrissem as portas da Praça, no que o governador não teve dúvida de convir, antes mesmo de haver concluído conversação alguma, entendendo talvez esta requisição como um preliminar indispensável para a capitulação. O general inimigo depois de estar senhor das portas, baluartes e armazéns teve a bondade de convir em que lavrassem uns artigos ridículos em forma de Capitulação*”²¹.

Na parte da tarde do dia 20, a mesma Divisão avançou sobre Juromenha; esta fortaleza que era governada pelo Tenente-Coronel

¹⁹ Ver ANEXO 3: Movimentos da 3.^a Divisão.

²⁰ VENTURA, António. “Portugal e a revolução francesa: Da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”, p. 25.

²¹ VENTURA, António. *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*, p. 53.

Veríssimo António da Gama Lobo, defendia a travessia do Guadiana na aproximação a Vila Viçosa e Estremoz, e esperava-se que esta Praça, com duas Companhias de Infantaria de 1.^a linha e meio batalhão de milícias do Crato, dificultasse a entrada dos espanhóis na província alentejana. Mas tal não sucedeu, tendo sido Gama Lobo forçado a entregar a Praça às 22 horas do primeiro dia de campanha, atitude esta de difícil compreensão e por esse motivo foi condenado à morte, sendo a sentença comutada em exílio para Angola. Antes de sair de Lisboa foi demitido do Exército, em frente a uma parada realizada na praça do Rossio²².

2.3.2. Elvas

Ao mesmo tempo que as duas praças meridionais eram tomadas pela 3.^a Divisão, a 1.^a Divisão e a Divisão de Vanguarda²³ avançavam sobre Elvas cortando as ligações desta Praça com Campo Maior. De seguida, a 1.^a Divisão marchou para São Vicente, apertando assim o cerco a Elvas, destacando uma força que rumou a Sul, entrando em Borba e Vila Viçosa. A Divisão de Vanguarda dirigiu-se posteriormente para Arronches, ocupando à passagem de Barbacena e Monforte. No dia 29 após a junção com as forças da 2.^a Divisão, investiu sobre Arronches.

Em Elvas, as tropas espanholas em contacto com as forças de cobertura da Praça foram facilmente repelidas até a uma distância confortável, de onde partiu o Ajudante de Campo de Godoy para exigir a rendição da fortaleza, mas o governador da Praça, D. Francisco Xavier de Noronha, respondeu que não entregaria a fortaleza, enquanto “nela houvesse o sangue de um soldado, e nela respirasse D. Francisco Xavier de Noronha”²⁴, assim sendo, trocam-se alguns tiros, tendo os espanhóis perdido sete homens, quatro mortos e três feridos. Os portugueses apenas perderam um soldado que foi levado pelo inimigo e um Alferes de Caçadores.

Foi durante o cerco a Elvas que os soldados espanhóis colheram dos jardins da cidade dois ramos de laranjeiras, que Manuel Godoy

²² AMARAL, Manuel. *Olivença – 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, pp. 36 e 37.

²³ Ver ANEXO 4: Movimentos da 1.^a Divisão e Divisão de Vanguarda.

enviou à rainha, sua amante, em sinal de vitória; no entanto como a Praça nunca se rendeu, o povo alentejano passou a zombar da atitude de Manuel Godoy e a desacreditar a guerra de que ele fora símbolo.

2.3.3. Arronches e Flor da Rosa

A 2.^a Divisão²⁵ saiu no dia 15 de Maio de Albuquerque em direcção a Badajoz, tendo depois cruzado a fronteira e carregado sobre Campo Maior no dia 20; após algumas trocas de tiro de artilharia nesta vila, dirigiu-se para Santa Eulália, São Vicente, Barbacena e Arronches onde, como já referido, juntamente com forças da Divisão de Vanguarda tomou parte no combate de Arronches no dia 29, tendo permanecido durante três dias nesta vila. Depois marchou para Portalegre, onde participou nas operações da Divisão de Vanguarda, nomeadamente no Combate de Flor da Rosa e nas acções repressivas contra camponeses que atacavam os soldados espanhóis²⁶.

Arronches, guarnecida com cerca 13000 homens de Infantaria e Cavalaria, estava sob o comando do Coronel D. José Carcome Lobo. As tropas portuguesas dispostas no terreno, preparavam-se para retirar para Portalegre, tendo para isso o apoio da Brigada de Bernardim Freire de Andrade²⁷, mas com a chegada repentina das Divisões espanholas e com os soldados a descoberto fora das muralhas, a derrota portuguesa foi rápida e só não assumiu a forma de uma catástrofe porque Freire de Andrade ainda conseguiu proteger a retirada das tropas de Carcome Lobo. A confusão foi tal, que a Cavalaria retirou em debandada atropelando a Infantaria, da qual fazia parte o 1.º e 2.º Batalhões dos Regimentos de Infantaria de Olivença. Na perseguição, os espanhóis tomaram Portalegre onde se organizaram para avançar sobre Flor da Rosa, Crato, Alpalhão, Castelo de Vide e Marvão, com o objectivo de se apoderarem dos armazéns que se

²⁴ VENTURA, António. *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*, p. 68.

²⁵ Ver ANEXO 5: Movimentos da 2.^a Divisão e Divisão de Vanguarda.

²⁶ VENTURA, António. “Portugal e a revolução francesa: Da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”, p. 25.

²⁷ Comandante da Brigada de Granadeiros e Caçadores, pertencente à Divisão do centro (3.^a Divisão).

encontravam na primeira localidade. Quando chegaram a Flor da Rosa depararam-se novamente com D. José Carcome Lobo que comandava agora um destacamento luso-britânico. O reencontro inevitável ocorreu no dia 4 de Junho, que culminou num combate ainda mais desastroso do que o de Arronches.

2.3.4. Campo Maior

Segundo António Ventura (2003), a 4.^a Divisão, concentrada em Badajoz, empenhou-se exclusivamente no cerco a Campo Maior. A resistência desta Praça, cujo governador era o Sargento-Mor de engenheiros Matias José Dias Azedo, foi o único momento em que a dignidade de Portugal e do seu exército foi salvaguardada. A guarnição contava com um regimento de linha com 1129 praças, 3000 milicianos, 149 artilheiros, um esquadrão de cavalaria e 500 paisanos²⁸, 70 peças de artilharia de diversos calibres, 14 morteiros, 16 obuses e bastantes munições. Durante o cerco de treze dias, entre 24 de Maio a 6 de Junho, a vila foi bombardeada com cerca de 10000 projecteis de artilharia, incluindo 6130 de calibre 24 e 3244 de calibre 16²⁹. No dia 6, durante a rendição, as tropas portuguesas foram autorizadas a sair da praça com as respectivas insígnias militares e uma bandeira desfraldada, ficando assim reconhecida a bravura demonstrada durante os combates.

2.3.5. Outras Operações

Embora as operações militares de maior envergadura tenham decorrido no Alentejo, também no Norte e no Algarve decorreram algumas acções militares, que curiosamente, tiveram lugar depois da assinatura da paz em Badajoz.

Em Trás-os-Montes, Rozière ordenou ao seu Marechal de Campo, Gomes Freire de Andrade, que efectuasse uma acção ofensiva do outro lado da fronteira; assim sendo, no dia 8 de Junho, Gomes Freire saiu com uma força da Veiga de Chaves em direcção a

²⁸ Paisanos: designação para a população armada.

²⁹ *Negociações de Badajoz*. “Número de balas que o exército espanhol deitou dentro da Praça de Campo Maior”, p. 91.

Monterrey, na Galiza. Esta força chegou ao destino no dia seguinte pelas 8 horas, onde entrou em contacto com os 4000 mil homens que guarneciam a praça de *Monterrey*. Após um reconhecimento efectuado por 20 cavaleiros do Regimento de Bragança, Freire de Andrade ordenou que as tropas se retirassem para as alturas para depois seguir rumo a Portugal, mas o mal estava feito. As tropas espanholas perseguiram os portugueses até à fronteira, onde se trocaram alguns tiros, tendo as escaramuças só cessado no dia 18, quando chega à província a notícia da assinatura do Tratado de Badajoz. No Algarve, apesar dos espanhóis fazerem esporadicamente fogo a partir de *Ayamonte*, o ponto mais alto dos confrontos registou-se no dia 8 de Junho quando as tropas espanholas tentavam transpôr o rio Guadiana com oito canhoneiras. As forças portuguesas, das quais fazia parte um Esquadrão de Cavalaria de Olivença responderam, atingindo algumas dessas canhoneiras, resultando daí alguns soldados e oficiais espanhóis feridos. Como resposta, duas lanchas bombardearam Castro Marim, terminando o fogo duas horas e meia depois ³⁰.

2.4. O Tratado de Badajoz

No dia 28 de Maio decorriam as primeiras negociações entre o plenipotenciário português, Luís Pinto de Sousa, Manuel Godoy e o embaixador de França em Espanha, Luciano Bonaparte. Logo nas primeiras propostas a França preocupou-se essencialmente com o fecho dos portos portugueses aos ingleses, enquanto a Espanha insistia na cedência de algumas terras portuguesas, nomeadamente Campo Maior, Elvas, Juromenha, toda a parte territorial além Guadiana e a Fortaleza de Sagres. A primeira sessão foi interrompida com Luís Pinto a considerar inaceitáveis as exigências de Luciano e Godoy. No dia seguinte, dia do combate de Arronches, Luís Pinto propôs a suspensão das hostilidades enquanto decorriam as negociações; Luciano mostrou-se de imediato receptivo a tal proposta, mas o mesmo não acontecia com Godoy, que não aceitou de maneira nenhuma cessar as suas instruções de combate enquanto não estivesse assinado um Tratado definitivo. Portugal via-se assim pressionado a assinar rapidamente um Tratado que pusesse

³⁰ VENTURA, António. *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*, p. 127.

fim à guerra³¹. No entanto, Campo Maior teimava em não cair, o que irritou profundamente Godoy, tendo este desistido das praças tomadas para lá do rio Guadiana, reservando somente o que estivesse na margem esquerda do rio (Olivença e seu termo), passando este a ser o limite entre os dois reinos. Luís Pinto replicou novamente que tinha instruções do príncipe regente para não ceder um só palmo de terra.

No dia 3 de Junho decorreu mais um encontro, no qual Luís Pinto aceita, tendo indicações para tal, fechar os portos aos ingleses, acertando assim as negociações com Luciano Bonaparte, mas ainda faltava Godoy, que teimava em não desistir de Olivença. O plenipotenciário português chegou a oferecer, como último recurso, a ilha de Príncipe à Espanha “para ver se desiste da maldita lembrança de Olivença”³², mas Godoy também argumentava que tinha instruções da realza para manter a posse de Olivença.

No dia 6, dia da queda de Campo Maior, decorreu novo encontro. Luís Pinto fechou de vez as negociações com Luciano, continuando a paz com a Espanha difícil de alcançar. As negociações estiveram perto da ruptura, tendo neste dia, o ministro português de ceder Olivença para evitar o pior. No entanto, o príncipe regente enviou uma carta a Luís Pinto ordenando-lhe que não entregasse de maneira nenhuma Olivença, mas quando a carta lhe chegou às mãos já era tarde; Sua Majestade Católica já conservava “em qualidade de conquista para unir perpetuamente aos seus domínios e vassallos, a Praça de Olivença, seu território e povos desde o Guadiana, de sorte que este rio seja o limite dos respectivos reinos, naquela parte que unicamente toca ao sobredito território de Olivença”³³.

Os dois tratados, com a Espanha e a França, foram ajustados na noite do dia 7 e assinados no dia 8, mas levarão a data de 6.

A Guerra das Laranjas é uma passagem da história militar portuguesa, à qual a literatura nacional dá pouca importância; talvez isso se deva ao facto da guerra ter durado apenas duas semanas, sendo o menor conflito armado que Portugal enfrentou. Mas no entanto, as suas marcas são maiores que qualquer outra guerra, uma vez que foi no seu termo que perdemos definitivamente a Vila de Olivença, tornando-se este território motivo de litígio fronteiriço que se arrasta até aos dias de hoje.

³¹ Ver ANEXO 6: Caricatura da assinatura do Tratado de Badajoz.

³² Carta de Luís pinto de Sousa ao príncipe regente, Badajoz, 3 de Julho de 1801 p. 258, citado por VENTURA, António. *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*, p. 135.

³³ *Negociações de Badajoz*. “Tratado de Badajoz: artigo III”, p. 79.

3. OLIVENÇA: O LITÍGIO

3.1. *O Início da Questão de Olivença*

3.1.1. **O Tratado de *Fontainebleau* e a Violação do Tratado de Badajoz**

Em 1806, após a tentativa fracassada de invasão de Inglaterra por parte de Napoleão, este decretou o bloqueio continental contra os britânicos. Portugal, velho aliado dos ingleses, nega-se a cumprir tal bloqueio. Assim sendo, Napoleão começa a planejar a invasão e conquista de Portugal. No entanto para chegar a Lisboa, Bonaparte precisava de assegurar não só a participação da Espanha, mas também autorização para a travessia do seu território. O problema ficou resolvido a 27 de Outubro de 1807, após a assinatura do Tratado de *Fontainebleau*, entre Napoleão Bonaparte e Manuel Godoy, onde se estabelecia o fim da existência do nosso país, que ficava dividido em três Estados.

A invasão acordada em *Fontainebleau* é levada a cabo neste mesmo ano, dando origem à violação do o Artigo I³⁴ do Tratado de Badajoz, ficando o mesmo sem efeito no que respeita ao estipulado no Preâmbulo³⁵ e reforçado no Artigo IV³⁶.

3.1.2. **O Congresso de Viena**

Após a batalha de Leipzig, também conhecida como batalha das Nações, a carreira de Napoleão começa a decair. Com isto, as potências vencedoras das Guerras Napoleónicas decidiram rectificar o mapa da Europa para repor os limites anteriores a 1789 e estipular as condições nas quais devia ser feita a paz geral. O Tratado de Paris de 1814 é o documento formal que anula todos os Tratados e conquistas

³⁴ “Haverá Paz, Amizade, e Boa Correspondência entre Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, e dos Algarves, e Sua Majestade Católica El-Rei de Espanha, assim por mar, como por terra em toda a extensão dos Seus Reinos, e Domínios; ...”. (*Negociações de Badajoz*. “Tratado de Badajoz: artigo I”, p. 79).

³⁵ “... não haverá validade em alguns dos dois (Tratados), quando venha a verificar-se a infracção em qualquer dos Artigos, que neles se expressam.” (*Negociações de Badajoz*. “Tratado de Badajoz: preâmbulo”, p. 78).

³⁶ “e se neste, ou outro Artigo houver infracção, se dará por nulo o Tratado, que agora se estabelece entre as Três Potências, compreendida a mútua garantia, segundo se expressa nos artigos do presente”, (*Negociações de Badajoz*). “Tratado de Badajoz: artigo IV”, p. 79).

efectuadas por Napoleão e entre estes Tratados está explicitamente ³⁷ o Tratado de Badajoz de 1801.

No mesmo ano, teve lugar o início do Congresso de Viena que arrumou as questões europeias. Neste armistício Portugal não quis perder mais uma oportunidade para reclamar Olivença, apresentando um texto no qual explicava as razões para Olivença regressar à posse dos portugueses. Mas só no ano seguinte é que o texto que Portugal apresentou foi aceite pelas potências europeias, sendo isso reflectido no Artigo 105^o ³⁸ da Acta Final do Congresso de Viena, assinada pelas sete potências signatárias ³⁹ em 1815, tendo a Espanha assinado a referida acta dois anos depois, no dia 7 de Maio de 1817, reconhecendo assim, ainda que tardiamente, a pertença de Olivença a Portugal. Posto isto, não restavam dúvidas quanto à restituição legal da vila de Olivença a Portugal.

O Tratado de *Fontainebleau* e o Congresso de Viena são os dois momentos histórico-jurídicos em que Portugal se baseia para admitir a soberania sobre a cidade de Olivença; tal base pode ser verificada no relatório da sessão parlamentar de 25 de Junho de 2004 ⁴⁰, na qual é apreciada uma petição sobre a “Questão de Olivença”, em que no decorrer da intervenção dos vários deputados dos respectivos partidos com assento parlamentar, são referidos estes dois momentos da história como ponto fundamental para ditar a pertença de Olivença ao nosso país, isto tudo, apesar do Tratado de *Alcañices*. O mesmo refere o Ministro dos Negócios Estrangeiros (2005) numa carta enviada ao Grupo dos Amigos de Olivença, onde se lê “que não existe qualquer alteração na doutrina seguida pelo governo português relativamente ao território de Olivença, conforme reafirmada pela Constituição da República Portuguesa de 1916” ⁴¹.

³⁷ Excerto do Tratado de Paris: “...os ditos tratados, convenções e actos, especialmente os tratados assinados em Badajoz e Madrid em 1801, e a convenção assinada em Lisboa em 1804, ficam nulos e de nenhum efeito pelo que diz respeito a Portugal e França, ...”, citado por LUNA, Carlos. *Nos Caminhos de Olivença*, p. 113.

³⁸ Ver ANEXO 7: Artigo 105^o da Acta final do Congresso de Viena.

³⁹ As sete potencias signatárias: Áustria, Prússia, Reino Unido, Rússia, França, Portugal e Espanha.

⁴⁰ Apreciação da petição sobre a “Questão de Olivença”. Disponível em <http://www.parlamento.pt/>.

⁴¹ Carta enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Direcção dos Grupo dos Amigos de Olivença. Disponível em www.olivenca.org.

Podemos assim dizer que é com estes acontecimentos que se inicia a *duo* centenária “Questão de Olivença”.

3.2. *Evidências do Litígio*

3.2.1. *A Fronteira Terrestre Portuguesa*

No artigo 5.º, n.º 1 da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2004), o território nacional “...abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira”⁴², o n.º 3 do mesmo artigo refere ainda que “O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da rectificação de fronteiras”⁴³.

Segundo VITAL MOREIRA e GOMES CANOTILHO J.J. (1989), “o território historicamente definido no continente europeu”⁴⁴ é obviamente o território ibérico confinante com a Espanha, permitindo a fórmula “historicamente definido” deixar em aberto a questão de Olivença.

Já o Professor JORGE MIRANDA (1994) refere que “a definição do território continental inculca a inclusão de Olivença e a da Madeira, a do arquipélago das Selvagens que historicamente (embora não geograficamente) lhe pertencem”⁴⁵.

Contudo, a fronteira terrestre entre Portugal e Espanha encontra-se definida no Tratado de limites entre Portugal e Espanha, acordado em 29 de Setembro de 1864 e ratificado a 19 de Maio de 1866, e no Convénio de limites entre Portugal e Espanha estabelecido em Lisboa a 29 de Junho de 1926 e ratificado em 17 de Junho de 1927⁴⁶.

No primeiro Tratado, a fronteira luso-espanhola ficou definida apenas entre a foz do rio Minho e a confluência do rio Caia com o rio Guadiana, ficando por demarcar a fronteira que vai desta confluência até à foz do rio Guadiana. É indicado em pormenor neste tratado,

⁴² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, p. 9.

⁴³ Idem.

⁴⁴ VITAL MOREIRA; GOMES CANOTILHO, J.J. *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, Vol. I, p. 84.

⁴⁵ MIRANDA, Jorge. (1994) *Manual de Direito Constitucional*. Vol. III, p. 238.

⁴⁶ FERNANDES, José Pedro, dir. “As fronteiras portuguesas”, p. 406.

qual o traçado que a linha deverá seguir, enunciando no seu artigo 23.º que “na confluência do Caia com o Guadiana termina a fronteira internacional cuja a demarcação tem sido objecto do presente tratado”⁴⁷. A razão desta demarcação deve-se ao facto do troço a Sul do Caia até ao rio Cuncos corresponder à região de Olivença. Para evitar alguns inconvenientes que resultam do facto de uma parte importante da fronteira não se encontrar demarcada os países decidiram, em 1926, proceder à demarcação da fronteira desde a confluência do rio Cuncos até à foz do rio Guadiana, omitindo a parte da fronteira em contestação⁴⁸.

Com tudo isto, podemos dizer que a fronteira terrestre Portuguesa se divide em três troços⁴⁹: o primeiro começa na foz do rio Minho e termina na confluência do rio Caia com o Guadiana, o segundo inicia-se na confluência rio Cuncos com o Guadiana e termina na foz deste, o terceiro “continua em litígio e por delimitar..., que numa extensão de 50 km (compreendido entre as confluências do Caia e do Cuncos) corresponde ao saliente do chamado “Termo de Olivença”⁵⁰.

Assim, os Tratados acima referidos são a razão para o Instituto Geográfico do Exército (IGoE) e Instituto Geográfico Português (IGP), não traçarem nos seus mapas e cartas a fronteira na região do litígio⁵¹; no entanto, e controversamente, o topónimo da vila em questão continua a ser referida em português (Olivença).

3.2.2. *Olivença nos Relatórios da Central Intelligence Agency (C.I.A.)*

A instituição norte-americana C.I.A. publica, já há muitos anos, um relatório anual, de título *The World Factbook*, agora disponível na *internet*. Esse relatório é actualizado anualmente e contém dados de todo o tipo e sobre todos os países do mundo.

Uma das listas de análise deste relatório é as *disputes international*, disputas internacionais, na qual Olivença se insere pela primeira vez desde 2003. Neste ano, no que interessa a Portugal, pode ler-se na

⁴⁷ Idem. P. 407.

⁴⁸ FERNANDES, José Pedro, dir. “As fronteiras portuguesas”, p. 407.

⁴⁹ Ver ANEXO 8: Os três troços da fronteira terrestre Portuguesa.

⁵⁰ FARO VALADAS, Jorge. “A Vila de Olivença”, p. 551.

⁵¹ Ver ANEXO 9: Mapa do Instituto Geográfico do Exército e Instituto Geográfico Português.

referida lista que “*Portugal tem periodicamente reafirmado reivindicações sobre os territórios em redor da cidade de Olivença, Espanha*”⁵². No que respeita à Espanha, apesar de referir outras disputas do país vizinho, está exactamente a mesma frase que aparece no tópico de Portugal. No entanto, o mapa de Espanha desse ano, também publicado no referido *site* da C.I.A. não indicava a situação de Olivença⁵³. Em 2004, no que respeita a Olivença, a C.I.A. reformulou o relatório, lendo-se na parte de Portugal e Espanha que “*alguns grupos portugueses mantêm reivindicações adormecidas sobre os territórios cedidos a Espanha em redor da Cidade de Olivença*”. O mapa publicado não apresentava alterações em relação ao ano anterior. No ano de 2005, desaparecia do relatório da C.I.A. qualquer referência a Olivença, no espaço de Portugal, no que toca a disputas internacionais, lia-se *none*, portanto “nenhuma”. Na parte da Espanha, a referência a Olivença também desaparecia, mas desta vez, o mapa dos países que acompanhava o texto espanhol indicava pela primeira vez a cidade de *Olivenza*⁵⁴, ao lado de cidades como *Córdova*, *Sevilla*, *Madrid*, todas elas capitais de província, não sendo referida a cidade de Badajoz capital da província da Estremadura, à qual pertence Olivença. Em 2006 houve novas alterações, no que respeita à presença de Olivença na C.I.A. *Homepage*. No referido tópico das disputas internacionais, tanto no nosso país como no país vizinho, lê-se que “*Portugal não reconhece a soberania espanhola sobre o território de Olivenza com base numa diferença de interpretação do Congresso de Viena de 1815 e do Tratado de Badajoz de 1801*”; contudo o mapa de Espanha continuava igual ao do ano transacto. No presente ano nenhuma alteração se verificou relativamente ao ano de 2006.

3.2.3. A “Vila” de Olivença

Antes de 2000, para visitar a região raiana da Estremadura espanhola, era necessário entrar em Badajoz para depois rumar a Sul, transpondo o Guadiana por uma das duas pontes existentes na Capital estremenha.

⁵² *The World Factbook*. Disponível em <https://www.cia.gov>.

⁵³ Ver ANEXO 10: Mapa de Espanha publicado pela CIA em 2003.

⁵⁴ Ver ANEXO 11: Mapa de Espanha publicado pela CIA em 2006.

Em 11 de Novembro de 2000 com a inauguração da nova Ponte da Ajuda, o acesso à referida região tornou-se assim mais directo, evitando a volta “pela Meca dos camelos”. Com a inauguração desta nova ponte, surgem em Elvas novas placas de sinalização⁵⁵ “que convidam a experimentar o alcatrão virgem da nova estrada para Olivença”⁵⁶, sendo certo que qualquer viajante que desconheça o litígio fronteiriço, ao seguir a indicação da sinalização de Elvas julgará que vai a caminho de mais uma povoação alentejana. Mas após atravessar a nova Ponte da Ajuda depara-se com uma placa com vinte e cinco estrelas brancas, dispostas em círculo num fundo azul com a inscrição “Espanha”. Prosseguindo a viagem com o sentimento de engano e após percorrer cerca de 15 quilómetros de prados pachorrentos, avista-se a suposta povoação de Olivença em presumível domínio espanhol. Ao entrar na cidade a placa de nome indica “Olivenza”⁵⁷, levando este facto, o visitante a pensar que o engano se encontra nas placas de Elvas ou nos próprios mapas portugueses.

Hoje a região de Olivença tem 453,61 Km² e subdivide-se no concelho de Olivença com 422,06Km², que compreende seis aldeias⁵⁸ (Vila Real, São Bento da Contenda, São Domingos de Gusmão, São Jorge de Alor, São Francisco de Olivença, São Rafael de Olivença), com um total de 11018 habitantes e no concelho de Tália, com 51,55 Km², 715 habitantes com apenas um centro populacional⁵⁹.

Após a perda de Olivença em 1801, foram feitas algumas alterações significativas na região. No que se refere à educação, em 20 de Fevereiro de 1805 suprime-se toda e qualquer escola portuguesa, bem como, logicamente, todo o ensino da língua portuguesa. Em 14 de Agosto desse mesmo ano, as actas da Câmara Municipal deixaram de ser escritas em português, tendo dois anos antes, em termos religiosos, Olivença passado da jurisdição de Elvas para Badajoz. No ano de 1840 o uso da língua portuguesa é proibido em todos os lugares de Olivença, incluindo nas igrejas. Contudo, uma das maiores

⁵⁵ Ver ANEXO 12: Sinal de transito que indica a direcção de Olivença em Elvas.

⁵⁶ CAMACHO, Francisco. “O meio termo de Olivença”, p. 76.

⁵⁷ Ver ANEXO 13: Sinal de nome da povoação à entrada de Olivença.

⁵⁸ Ver ANEXO 14: Termo histórico de Olivença.

⁵⁹ LUNA, Carlos. *Breve História do colonialismo Espanhol em Olivença*, pp. 1 a 16.

alterações registam-se em 1858, quando Isabel II de Espanha eleva Olivença ao grau de cidade. Nesta época, também é de salientar o início do processo de autonomização de Táliga face a Olivença, passando aquela a ter registos totalmente separados e próprios desde 1871⁶⁰. Apesar de todas as alterações acima referidas, segundo o Tenente JORGE FARO VALADAS (1939), na década de 30 ainda se falava na língua mãe, tendo este constatado tal facto aquando numa visita à cidade testemunhou a conversa de dois velhotes que discutiam acaloradamente um sucesso das fainas agrícolas na língua de Camões, na qual um leve sotaque alentejano punha um encanto especial. Ainda nesta década, durante a ocupação franquista, iniciada a 17 de Agosto de 1936, os oliventinos sofreram uma repressão intensa no que respeita à língua. A população defendeu-se passando só a falar castelhano nas ruas, continuando a falar português apenas em ambiente doméstico. Ainda perante o golpe franquista, muitos oliventinos içaram, bandeiras portuguesas em suas casas, para evitarem a opressão das tropas de Franco, mas tal esforço foi em vão. Os oliventinos republicanos e pró-portugueses refugiaram-se, na sua maioria, em Portugal (em Elvas, Alandroal, Juromenha, e outras localidades); de qualquer modo, estes não eram devolvidos a Espanha, e por isso muitos fugitivos de nacionalidade espanhola tentavam passar por naturais de Olivença. Face a esta situação, as autoridades portuguesas obrigavam os refugiados a pronunciar palavras portuguesas com sons “Z” e “J”, sendo “cinza” a palavra mais usada, uma vez que em espanhol se pronuncia *cinca*. Os que não pronunciassem correctamente a palavra referida eram deportados novamente para Espanha⁶¹. Durante a ocupação, as forças de Franco pensaram instalar o seu Quartel-General em Olivença, mas para evitar “ferir” o seu aliado Salazar, acabaram por escolher Cáceres. Posteriormente, em 1938, o Regimento de Caçadores n.º 8 sediado em Elvas, comandado pelo Coronel Rodrigo Pereira Botelho, tentou avançar sobre Olivença para a libertar das forças de Franco; no entanto, foi impedido por ordem de Oliveira Salazar⁶².

⁶⁰ LUNA, Carlos. *Olivença: um colonialismo esquecido*, pp. 3 e 4.

⁶¹ LUNA, Carlos, *Breve História do colonialismo Espanhol em Olivença*, p. 4.

⁶² Idem, p. 3.

Apesar de tudo, na década de 40, a população de Olivença ainda era de maioria “lusofalante” e minoria “hispanofalante”, mas a partir da década seguinte, o declínio é imparável. As gerações da época começaram a ensinar o espanhol às novas gerações, passando a língua portuguesa a ser vista como uma língua de “pobres e velhos” e o espanhol como uma língua de “novos e ricos”. Hoje estuda-se português na escola primária, mas como língua “estrangeira”, e nos cursos do Instituto Camões⁶³.

4. Conclusões

*Não vemos já a luta entre a razão estratégica e a razão económica. Lutam agora ambos com razão técnica. As pazes hão-de custar mais a fazer*⁶⁴.

Tenente Jorge Faro Valadas

Ao longo da história, Olivença viveu algumas mudanças de nacionalidade, até que no ano de 1801, momento em que na sequência da Guerra das Laranjas, passou definitivamente para a posse da coroa espanhola devido ao acordado no Tratado de Badajoz. Todavia, este Tratado ao ser violado pela Espanha, levou Olivença ao domínio dos portugueses, tendo o governo espanhol reconhecido legalmente tal facto no Congresso de Viena de 1815, o qual só ratificou dois anos depois.

Assim sendo, não restam dúvidas que o Termo histórico de Olivença pertence a Portugal de *Jure*, mas ao estar actualmente sob administração espanhola, integrada na região da Estremadura, infere-se que Olivença pertence a Espanha de *facto*.

A preocupação do Estado Português em resolver a “Questão de Olivença” não tem sido muito notória, pelo menos publicamente, sobretudo quando são levadas a cabo iniciativas de cidadãos portugueses, isoladamente ou através de associações, chamando a atenção para a situação de Olivença, que como vimos, relativamente ao Direito Internacional nos é favorável. Salvam-se a este respeito, as atitudes dos tribunais, que impediram a reconstrução da Ponte da Ajuda por parte de

⁶³ SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Manuel Jesus. *Apontamentos para descrever o espanhol que se fala em Olivença*, p. 105.

⁶⁴ FARO VALADAS Jorge. “A Vila de Olivença”, p. 552.

Espanha, e da Assembleia da República que decidiu constituir uma Comissão Parlamentar Eventual de acompanhamento da situação de Olivença.

A Espanha aparenta ter uma postura semelhante a Portugal, ao desprezar o assunto; contudo, os espanhóis adoptaram, nas entrelinhas, algumas medidas que revelam a sua posição no que respeita à situação de Olivença, nomeadamente quando tomaram a iniciativa de fazer passar a volta à Espanha em bicicleta por Olivença, bem como, quando o embaixador Máximo Cajal, escreveu um livro com o título: “*Ceuta, Melilla, Olivenza y Gibraltar - Dónde acaba España?*”. Nesta obra, o diplomata questionava a legitimidade da soberania espanhola sobre aqueles territórios e por se ter considerado que se tratava de uma tomada de posição pública “politicamente incorrecta”, capaz de pôr em causa a unidade da Espanha, foi afastado do *Partido Socialista Obrero de Espanhol* (PSOE) do qual era militante.

Um argumento muitas vezes utilizado para não debater o assunto de Olivença, tem por base o actual espaço sem fronteiras criado pela União Europeia, conhecido como espaço *Schengen*, que permite a livre circulação de pessoas dentro dos países da União Europeia. Pode-se dizer que, de facto, deixou de haver a rigidez da fronteira administrativa, mas os países não deixaram de ter os seus próprios limites fronteiriços. Todavia, os limites de um país tomam extrema importância para todos os militares quando estes juram defender a pátria. Possivelmente, este juramento é feito sem se saber ao certo qual o limite do próprio país.

Actualmente, sabe-se que é extremamente improvável que Portugal seja invadido pelo eixo de aproximação Elvas – Lisboa, por onde sofreu a maioria das invasões durante a história; no entanto, se hipoteticamente, Portugal visse a fronteira do Alto Alentejo ameaçada, onde seria a primeira linha defensiva? No rio Guadiana ou na ribeira de Olivença e serra de Alôr? Esta é uma questão altamente improvável, uma vez que é sabido que tal situação não acontecerá devido às relações bilaterais, bem como às relações internacionais que os dois países ibéricos desenvolvem. No entanto, devido à minha condição de aspirante a oficial do exército não quis deixar de experimentar este assunto, relacionando Olivença com a defesa do país.

Para terminar, quero enfatizar a ligação que os militares sempre tiveram com Olivença, sendo um exemplo o General Humberto Delgado, que durante a sua vida defendeu sempre a pertença de Olivença a Portugal. Mesmo contra a vontade de Salazar e do ministro Santos Costa, que ameaçava com a situação de passagem à reserva compulsiva de qualquer militar que se juntasse à associação

do Grupo dos Amigos de Olivença, o General Humberto Delgado nunca se afastou da junta directiva da Associação⁶⁵.

Como se sabe, já no exílio, a 13 de Fevereiro 1965, o General Humberto Delgado decidiu visitar Olivença na companhia dos seus assassinos, que ele pensava serem oficiais portugueses opositoristas. Durante a viagem de Badajoz para Olivença, perto da Herdade de *Los Amerines*, junto à Ribeira de Olivença, foi cobardemente abatido, bem como depois o foi a sua secretária brasileira. Os assassinos transportaram o corpo do General para Sul, para ser sepultado clandestinamente nos arredores de Villanueva del Fresno, sendo em 1975 o seu corpo exumado em Olivença para dali seguir para o Panteão Nacional⁶⁶.

⁶⁵ LUNA, Carlos. *Breve História do colonialismo Espanhol em Olivença*, pp. 10 e 11.

⁶⁶ *Idem*.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Militar (Lisboa)

Iconografia. (1799) *Soldado do regimento de Cavalaria de Olivença*: AHM-DIV-3-26-Álbum A-52.

Iconografia. (1799) *Soldado do 1.º regimento de Infantaria de Olivença*: AHM-DIV-3-26-Álbum A-70.

Iconografia. (1801) *Assinatura do tratado de Badajoz*: AHM-FE-10-C5-PQ-1

Casa do Alentejo (Lisboa)

Negociações de Badajoz. Ano de 1801. Contem toda a correspondência de Luís Pinto de Sousa com a sua Alteza o Príncipe Regente bem como o Tratado de paz imposto pelos espanhóis em que se perdeu Olivença e o seu território. (Códice manuscrito).

LIVROS

AMARAL, Manuel, (2004). *Olivença – 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*. Lisboa, Tribuna.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2006). Actualizada de acordo com a Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto. Coimbra, Almedina.

FERNANDES, José Pedro, dir. (1998) “As fronteiras portuguesas”. *Dicionário Jurídico da Administração Pública*. Coimbra, Atlântida.

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (2005). *Atlas de Portugal*. Lisboa, Instituto Geográfico Português.

MARIA SÁCHEZ, Rosa e LIMPIO PÍRIZ, Luís Alfonso (1994). *El Enclave de Olivenza e sus Murallas (1230-1640)*. Cáceres, Universidad de Extremadura.

MIRANDA, Jorge (1994). *Manual de Direito Constitucional*. Vol. III. 3.ª edição. Coimbra, Coimbra Editora.

PEREIRA, António (1968). *A Terra Portuguesa de Olivença – Como a obtivemos e como a perdemos*. Porto, António Pereira.

- VENTURA, António (2004).** *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*. Lisboa, Prefácio.
- VENTURA, António, org. (2006).** *Planos Espanhóis para invasão de Portugal – 1797 a 1801*. Lisboa, Livros Horizonte.
- VENTURA, António (2003).** “Portugal e a revolução francesa: Da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. III. Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Autores.
- VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, (1990)** *História de Portugal: O Despotismo Iluminado – 1750 a 1807*. Vol. VI. 2ª ed. revista. Póvoa de Varzim, Editorial Verbo.
- VICENTE, António, (2001).** “Napoleão e a primeira invasão de Portugal (1801). Os Planos de Godoy”. In: COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR, *XI Colóquio de História Militar – Portugal e os Abalos Politico-Militares da Revolução Francesa no Mundo*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.
- VITAL MOREIRA; GOMES CANOTILHO, J.J. (1984).** *Constituição da República Portuguesa – Anotada*. Vol. I. 2ª edição. Coimbra, Coimbra Editora.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- FARO VALADAS, Jorge, (1939).** “A Vila de Olivença”. *Revista Militar*. 2.ª época, n.º 7.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ Manuel Jesus, (2001).** “Apontamentos para descrever o espanhol que se fala em Olivença”. *Agália: revista internacional da associação Galega da Língua*. Vila Real (Olivença), n.º 61.

MAPAS

- INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO, (2002).** *Carta Militar Itinerária - Portugal Continental*. Lisboa. (Escala 1/500000).

ENDEREÇOS DA INTERNET

1. Assembleia da República

<http://www.parlamento.pt/>

Apresenta os relatórios das apreciações sobre as petições apresentadas na Assembleia da República.

Ligações consultadas:

- http://www3.parlamento.pt/plc/Peticao.aspx?Pet_ID=11161. Acedido em 29 de Agosto de 2006 às 17 horas e 20 minutos.

2. Central Intelligence Agency

<http://www.cia.gov/>

Comporta todos os livros publicados pela C.I.A. nomeadamente *The World fact book*, que apresenta mapas e informações acerca de todos os conflitos do mundo.

Ligações acedidas:

- <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/docs/refmaps.html>. Acedido em 11 de Agosto de 2006 às 16 horas e 50 minutos.
- <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/sp.html>. Acedido em 11 de Agosto de 2006 às 17 horas e 20 minutos.

3. Grupo dos Amigos de Olivença

<http://www.olivenca.org>.

Apresenta informação sobre a “Questão de Olivença”, nomeadamente legislação, notícias da imprensa, opiniões, comunicados, imagens e mapas.

Ligações acedidas:

- <http://www.olivenca.org/galeriaImagens.htm>. Acedido em 17 de Setembro de 2006 às 10 horas e 25 minutos.
- http://www.olivenca.org/imagens/MNE_9537.pdf. Acedido em 13 de Setembro de 2006 às 14 horas e 45 minutos.
- http://www.olivenca.org/visitaVirtual_13.htm. Acedido em 13 de Setembro de 2006 às 15 horas e 15 minutos.

4. **Webcarta.net**

<http://webcarta.net>

Apresenta mapas de países e plantas de cidades.

Ligações acedidas:

- <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=1005&lg=pt>. Acedido em 14 de Setembro às 21 horas e 10 minutos.

5. **Wikipédia**

<http://pt.wikipedia.org>

É uma enciclopédia multilingue *on-line* livre, colaborativa, ou seja, escrita internacionalmente por várias pessoas comuns de diversas regiões do mundo.

Ligações acedidas:

- http://pt.wikipedia.org/wiki/William_Carr_Beresford. Acedido em 29 de Outubro de 2006 às 16 horas 40 minutos.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mil%C3%ADcia>. Acedido em 29 de Outubro de 2006 às 17 horas.

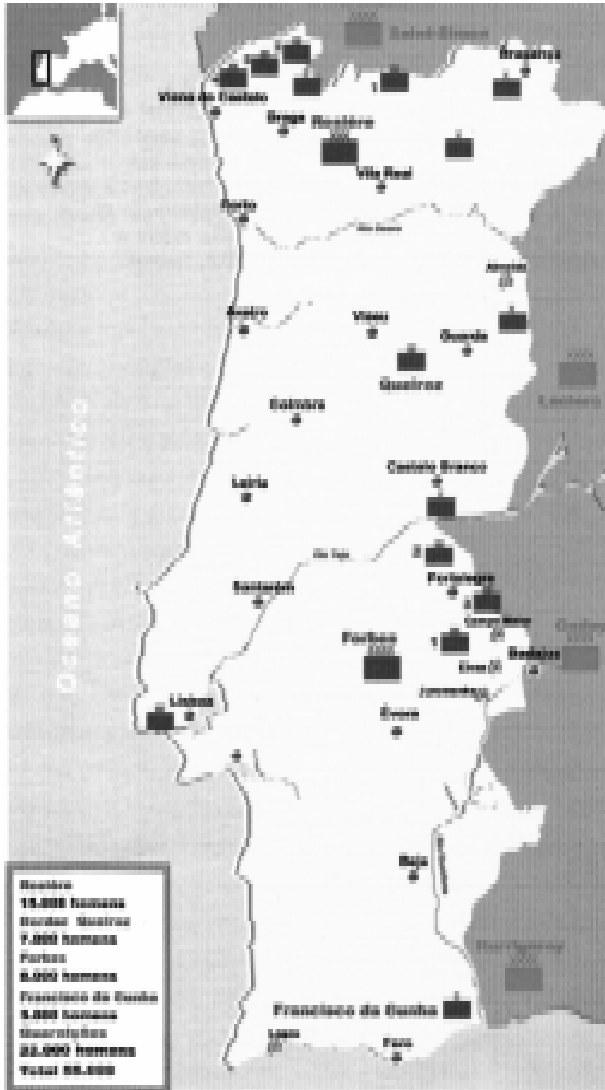
OUTROS TRABALHOS

LUNA, Carlos, (2001). *Olivença: um colonialismo esquecido*. Texto apresentado no congresso Internacional: *O tratado de Badajoz e Olivença: Dois séculos de Relações Internacionais Luso-espanholas*, realizado na Universidade Lusíada de Lisboa em 17,18 e 19 de Maio de 2001.

LUNA, Carlos, (1997). *Breve História do colonialismo Espanhol em Olivença (1801 - 1998)*. Adaptação de um texto apresentado em Estremoz, no congresso sobre o Alentejo, realizado em 26, 27 e 28 de Setembro de 1997.

ANEXOS

ANEXO 1
Mapa do Dispositivo de Forças



FONTE: AMARAL, Manuel. *Olivença – 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, p. 31.

ANEXO 2

Disposição do Exército da Estremadura



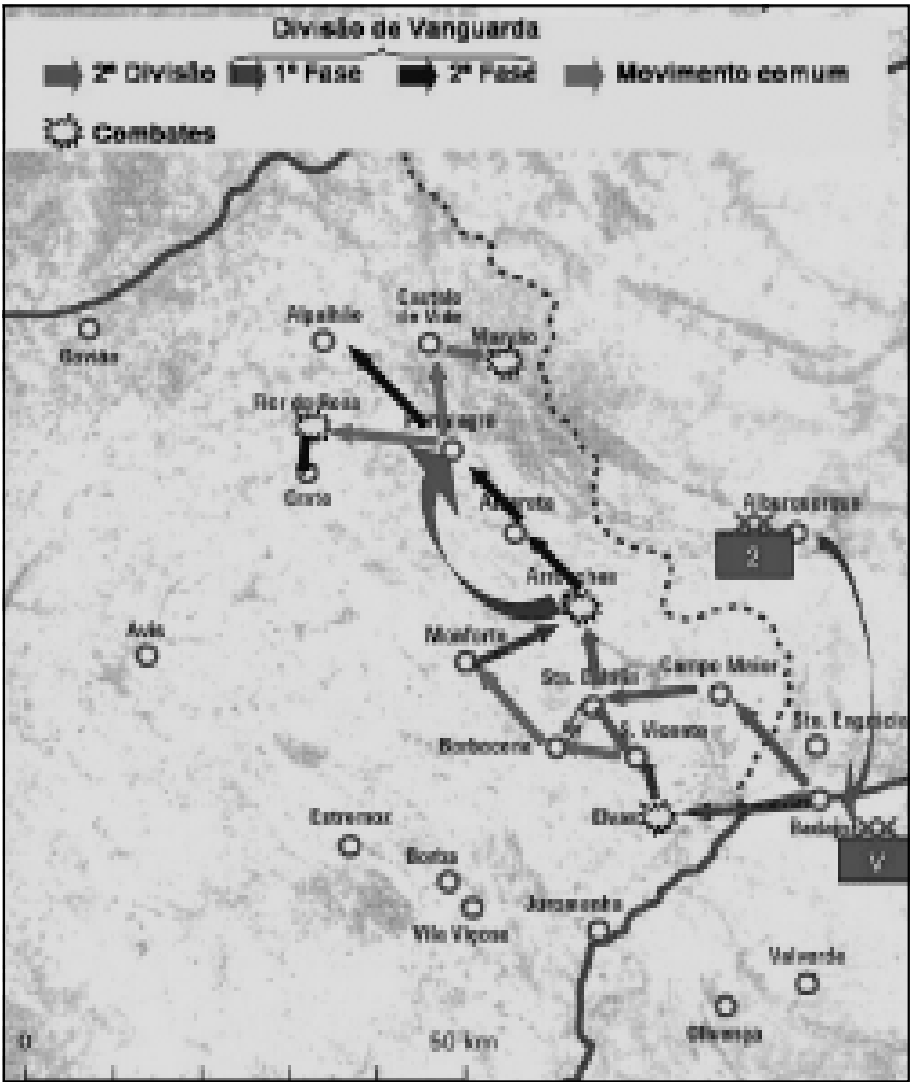
FONTE: AMARAL, Manuel Olivença – 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai, p. 35.

ANEXO 3
 Movimentos da 3.^a Divisão



FONTE: Adaptado de VENTURA, António. *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*, p.65.

ANEXO 5
Movimentos da 2.ª Divisão e da Divisão de Vanguarda



FONTE: Adaptado de VENTURA, António. *A Guerra das Laranjas – A perda de Olivença*, pp. 70 e 93.

ANEXO 6

Caricatura da Assinatura do Tratado de Badajoz



FONTE: Arquivo Histórico Militar. Iconografia. FE-10-C5-PQ-1.

ANEXO 7

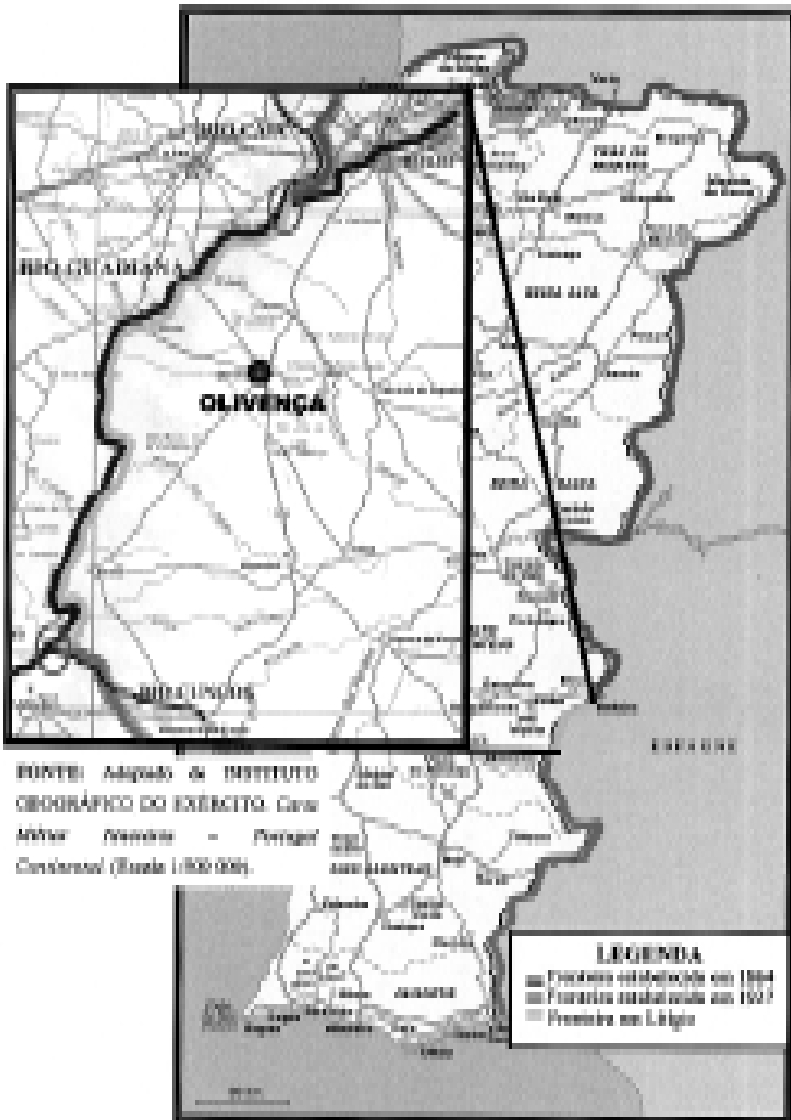
Artigo 105.º da Acta Final do Congresso de Viena

As potencias reconhecendo a Justiça das reclamações formadas por S.A.R. o Príncipe de Portugal e do Brasil sobre a Vila de Olivença e outros territórios cedidos à Espanha pelo Tratado de Badajoz de 1801, e considerando a restituição destes objectos como uma das medidas próprias para assegurar entre os dois reinos da península aquela boa harmonia, completa e permanente, cuja conservação em todas as partes da Europa tem sido o fim constante de seus os ajustamentos, obriga-se formalmente a entregar, por meios de conciliação, os seus esforços mais eficazes, a fim de que efectue o retrocesso dos ditos territórios em favor de Portugal. E as potências reconhecem, em tanto quanto de cada uma delas depende, que este ajustamento deve ter lugar o mais brevemente.

FONTE: <http://www.olivenca.org/>.

ANEXO 8

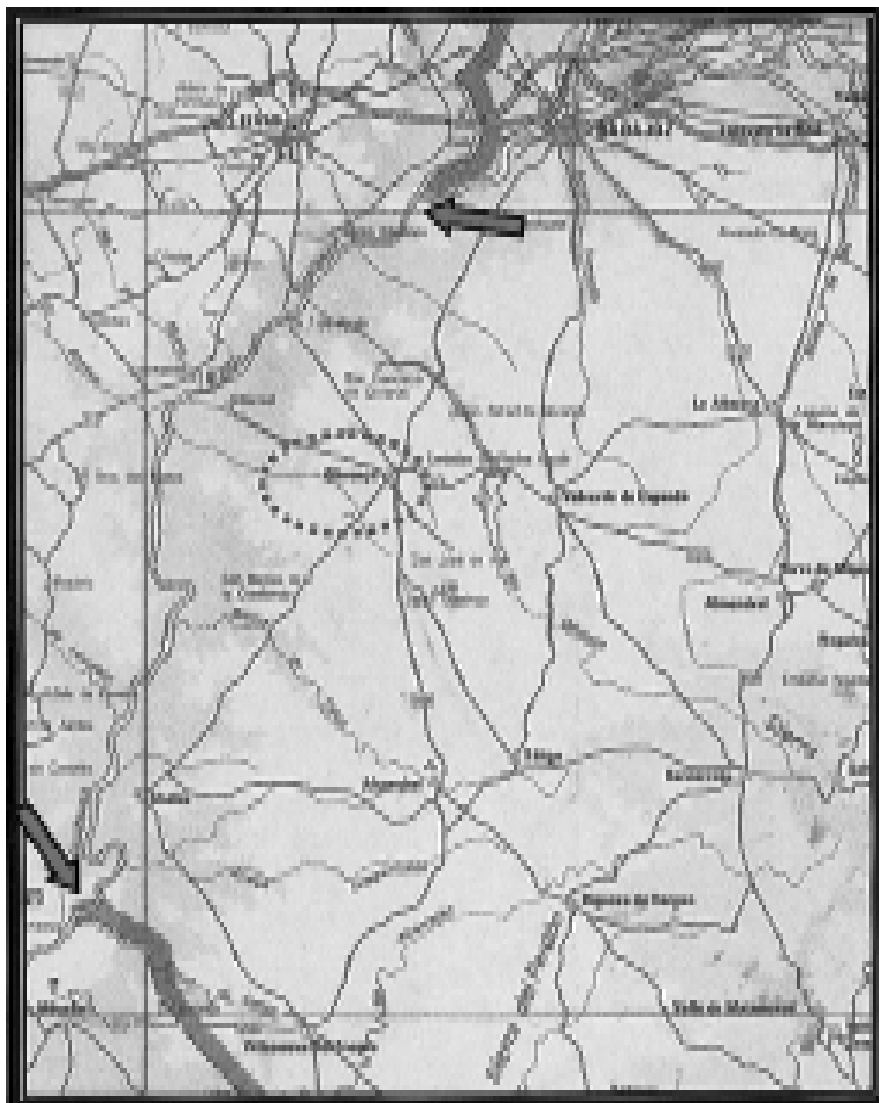
Os três troços da fronteira terrestre Portuguesa



FONTE: Adaptado de <http://webcarta.net>.

ANEXO 9

a) Mapa do Instituto Geográfico do Exército



FONTE: Adaptado de INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. *Carta Militar Itinerária – Portugal Continental*. (Escala 1/500 000).

b) Mapa do Instituto Geográfico Português



FONTE: Adaptado de INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. *Atlas de Portugal*, p. 245.

ANEXO 10

Mapa de Espanha publicado pela C.I.A. em 2003



FONTE: <https://www.cia.gov/>.

ANEXO 11

Mapa de Espanha publicado pela C.I.A. em 2006



FONTE: <https://www.cia.gov/>.

ANEXO 12

Sinal de transito que indica a direcção de Olivença em Elvas



FONTE: Fotografia do autor em 15 de Agosto de 2006.

ANEXO 13

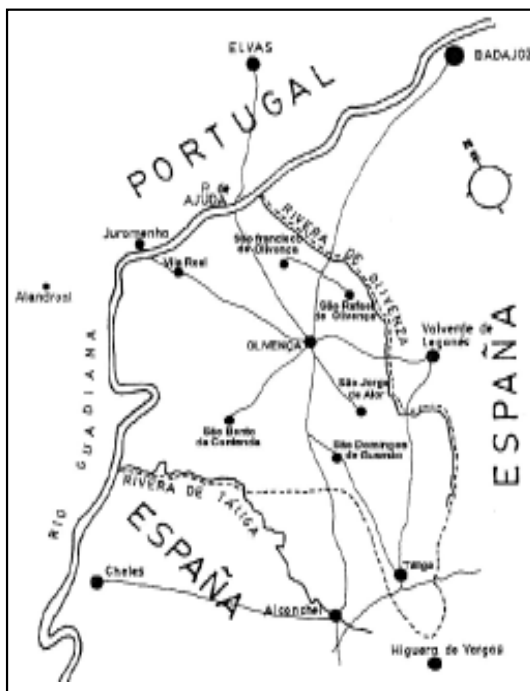
Sinal de nome da povoação à entrada de Olivença



FONTE: Fotografia do autor em 15 de Agosto de 2006.

ANEXO 14

Termo histórico de Olivença



FONTE: Adaptado de MARIA SÁCHEZ, Rosa e LIMPIO PÍRIZ, Luís Alfonso. *El Enclave de Olivença e sus Murallas (1230-1640)*, p. 55.